

A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGROHIDRONEGÓCIO CANAVIEIRO NA REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA- SP¹

THE TERRITORIALIZATION OF SUGARCANE AGROHYDROINDUSTRY IN REGION THE PONTAL OF PARANAPANEMA – SP

Maria Joseli Barreto

Mestre e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente. Membro do Centro de Estudos de Geografia e Trabalho – CEGeT.
E-mail: joselibarreto5@yahoo.com.br

Antonio Thomaz Junior

Professor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente. Coordenador do CEGeT.
E-mail: thomazjrgeo@fct.unesp.br

Resumo

O presente artigo tem como principal objetivo contextualizar os dois períodos que marcaram a territorialização/expansão do agrohidronegócio canavieiro, na região do Pontal do Paranapanema-SP. Destaca-se que o primeiro momento foi marcado pela formação dos primeiros canaviais e implantação das primeiras unidades canavieiras, na região, em meados da década de 1970, no segundo período do Programa Nacional do Álcool - PROALCOOL; o segundo momento acontece a partir do ano de 2005, também por meio de incentivos estatais e impulsionados pela produção de automóveis, os carros *flex fuel*. Trata-se de dois períodos caracterizados pelo processo de reestruturação do setor canavieiro em escala nacional, quando o Estado busca novamente ampliar sua matriz energética e resgatar empresários canavieiros de mais uma crise financeira. Ressalta-se que essa nova fase do capital canavieiro, na região do Pontal do Paranapanema, é assinalada pela chegada de grandes grupos empresariais canavieiros, tanto de capital nacional como internacional.

Palavras-chave: Território. Trabalho. Agrohidronegócio Canavieiro. Capital. Pontal do Paranapanema.

Abstract

This article aims to contextualize the two periods that marked the territorial expansion of sugarcane agrohydroindustry in the Pontal region. The initial period was marked by the first plantations and the insertion of sugarcane units in the region in the mid -1970s following the PROALCOOL programme, the second occurs from 2005, also through state incentives and driven by automobile production flex-fuel cars. These two periods are marked by the restructuring of the sugar cane industry on a national scale, in which the State seeks to expand its energy matrix and rescue the sugarcane business from further financial crisis. This results in a new phase of sugarcane capital in the Pontal

region that is marked by the arrival of large sugarcane business groups, involving both national and international capital.

Key-words: Territory. Work. Sugarcane Agrohydroindustry. Capital. Pontal of Paranapanema

Introdução

O presente artigo tem como objetivo central apresentar uma breve reflexão sobre territorialização do agrohidronegócio, na região do Pontal do Paranapanema-SP. Para tanto, serão analisados os dois períodos distintos que marcaram tal expansão.

O primeiro momento é caracterizado pela formação dos primeiros canaviais e implantação das primeiras unidades canaveiras, na região, em meados da década de 1970, no segundo período do PROALCOOL; e o segundo momento acontece a partir do ano de 2005, também por meio de incentivos estatais e impulsionados pela produção de automóveis, os carros *flex fuel*.

Em termos de procedimentos metodológicos, efetuamos revisão bibliográfica, análise dos dados referentes à expansão da lavoura da cana-de-açúcar, trabalhos de campo tanto nos municípios que abrigam unidades canaveiras quanto nos que possuem canaviais e/ou trabalhadores envolvidos nesse processo. Além disso, realizamos visitas e entrevistas junto às representações sindicais.

O PROALCOOL marca a entrada da região do Pontal do Paranapanema no circuito do capital canavieiro

O processo de territorialização da cana-de-açúcar, na região do Pontal do Paranapanema, extremo oeste paulista, é recente, se compararmos sua temporalidade com a produção/expansão dessa cultura no estado de São Paulo ou mesmo no Brasil. Historicamente, pode-se dizer que a expansão do agrohidronegócio canavieiro na região aconteceu em dois momentos distintos, relacionados a períodos de reestruturação do setor canavieiro.

A região do Pontal do Paranapanema conheceu seus primeiros canaviais e agroindústrias canaveiras através dos recursos do PROALCOOL, quando grandes latifundiários da região, atraídos pelos incentivos fiscais e financeiros advindos do

governo federal e motivados pela possibilidade de valorização de suas terras, se inseriram no circuito do etanol.

Dessa forma, em meados da década de 1970, os municípios de Teodoro Sampaio, Santo Anastácio, Narandiba, Caiuá, Regente Feijó e Caiabu receberam as primeiras unidades canavieiras da região. (Quadro 1).

Quadro 1 – Agroindústrias canavieiras instaladas no Pontal do Paranapanema no segundo período do PROALCOOL (1974 a 1982)

Razão Social	Os primeiros proprietários	Razão social e Grupo Atual	Município	Ano de Implantação	Situação Atual
Destilaria Alcídia Ltda.	Ruiter Silva, Lamartine Navarro Junior e associados.	Grupo - Odebrecht Agroindustrial S/A.	Teodoro Sampaio	1974	Ativa
Usina DALVA-Destilaria de Álcool Vale do Anastácio/ Ltda.	Aécio Flavio Nunes, Antonio Roberto Marchi, Armando Staut e associados.	Usina Alvorada do Oeste - Grupo Camaq – Bebedouro - MG.	Santo Anastácio	1979	Desativada
Destilaria DECASA Ltda.	Família Jacinto, Maria Julia e associados.	Destilaria Decasa - Grupo Olival Tenório – AL.	Caiuá/Marabá Paulista	1980	Desativada
Destilaria Laranja Doce Ltda.	Cooperativa – Cooplacana	Destilaria Santa Fany -SP- Jaques Samuel Blinder – SP.	Regente Feijó	1981	Desativada
Destilaria Paranapanema Ltda.	José Carlos Costa e associados.	Destilaria Paranapanema I - Grupo Umoe BioEnergy ASA – S/A.	Narandiba	1982	Desativada
Usina Alto Alegre S/A – Unidade Alta Floresta	Família Junqueira/Figueiredo	Usina Alto Alegre S/A- Grupo Junqueira Figueiredo – PR.	Caiabú	1982	Ativa

Fonte: UDOP/ 2010 e Trabalho de Campo/2011.

Contudo, no final dos anos 1980 e início da década de 90, com a redução do protecionismo do Estado, o setor canavieiro passou por processo de desregulamentação, fato que levou muitas empresas, entre as quais aquelas instaladas no Pontal do Paranapanema, a enfrentar graves crises de ordem econômica, gerencial e financeira.

Sobre as crises experimentadas pelo setor canavieiro, pode-se acrescentar que

[...] o processo de desregulamentação setorial e o afastamento do Estado do Planejamento do setor impactaram diretamente no setor sucroalcooleiro no que se refere ao relacionamento com o mercado na década de 90. [...] essa liberalização veio dar origem a diferentes estratégias dos agentes econômicos com novas estruturas competitivas, fusões, e um processo de migrações dos capitais para as regiões “de fronteira para a cana”. (VIAN; BELIK, 2003, p. 159).

Nesse novo contexto, a seara de discussão e defesa dos interesses do setor passou a ser o Congresso Nacional, e não mais um órgão específico do Estado, como acontecia no período de vigência do Instituto de Açúcar e Alcool - IAA. Com o lócus de pressão centrado no Congresso, a expectativa recai sobre a criação de *lobbies* e de defesa dos interesses regionais².

Diante das ações estatais, as agroindústrias do estado de São Paulo e principalmente aquelas agroindústrias implantadas na porção oeste do estado (Pontal do Paranapanema) enfrentaram período de crise econômica; endividadas, muitas unidades encerraram a produção.

Frente à crise que abateu o setor canavieiro, “usineiros-latifundiários”, em meio a conflitos e divergências, uniram-se para pressionar o Estado a amenizar suas dívidas, exigindo “[...] a manutenção do PROALCOOL, acompanhada da liberação de novos recursos públicos, redução de impostos e, anistia e renegociação das dívidas [...] que recaía sobre 160 empresas inadimplentes” (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 101-102).

Nesse viés, Mota (1995, p. 3) ressalta que “[...] as crises são funcionais ao modo de produção capitalista, constituindo-se num mecanismo que determina a restauração das condições de acumulação, sempre em níveis mais complexos e instáveis, assegurando, assim, a sua continuidade”.

Nesse sentido, o cenário regional passou a ser de abandono, das seis agroindústrias instaladas na região, apenas duas (Usinas Alto Alegre/Presidente Prudente e Alcídia/Teodoro Sampaio) se mantiveram ativas até o ano 2004, período em que o setor canavieiro, impulsionado pela venda dos carros *flex*, voltou a crescer no Brasil e também na região do Pontal do Paranapanema.

A produção dos carros *flex* acelera a ampliação dos canaviais no Pontal do Paranapanema

O segundo período de expansão da lavoura canavieira, no Pontal do Paranapanema, está inserido em mais um momento de reestruturação do setor canavieiro, em escala nacional. Trata-se do período em que o Estado busca novamente ampliar sua matriz energética e resgatar empresários canavieiros de mais uma crise financeira. Esse novo período de reestruturação acontece no país a partir de 2003, impulsionado pela empresa automobilística com a produção dos carros *flex fuel*.

Para Thomaz Júnior (2009), a produção e comercialização dos automóveis movidos a agrocombustíveis foi o principal estímulo à retomada da produção de álcool anidro e hidratado, e o Estado tem papel preponderante nesse processo. Somado a isso, o autor salienta que a expansão do cultivo da cana-de-açúcar e do etanol também está amparada em ideologias que atestam o etanol como “ [...] fonte de energia limpa, capaz de diminuir o aquecimento global”.

Nessa perspectiva, o Estado incentiva a produção/expansão de cana-de-açúcar e etanol, em todo território nacional, tanto articulado em estratégias econômicas quanto amparado na falácia ambiental. Portanto, o discurso de expansão do monocultivo da cana-de-açúcar, na atual conjuntura, comparece associado à temática ambiental – e relacionado à questão do aquecimento global. Nesse viés, Thomaz Júnior (2011) enfatiza que esse discurso é mais uma artimanha do capital – incorporar uma roupagem ecológica capitalista/reformista, que tenciona reformar estruturas condenadas, capazes de responder às campanhas midiáticas milionárias, para tornar o “capitalismo mais verde e mais respeitoso ao meio ambiente”.

Além disso, vale lembrar que, nesse momento, os interesses para expansão da monocultura da cana-de-açúcar, no país, estão pautados em grandes projetos governamentais, os quais visam não apenas a atender à demanda energética interna, mas também a inserir-se no cenário internacional, entre os maiores produtores e exportadores de etanol e açúcar do mundo.

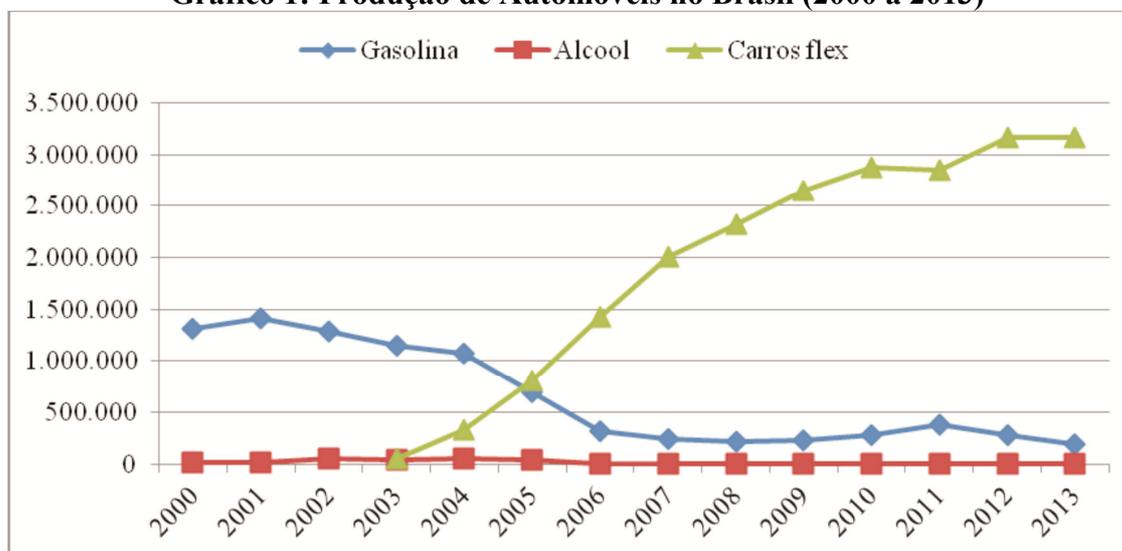
Para tanto, não faltam incentivadores e interessados nesse aumento de produção, por isso, a reverência ao agrohidronegócio canavieiro. Diariamente, são postadas informações nos meios de comunicação (televisão, jornais, revistas, internet etc.),

ressalvando a importância da expansão de cana-de-açúcar e da produção de açúcar e etanol no país, sob os mais distintos argumentos. Dessa forma, o setor canavieiro tem reunido e acumulado inúmeros investimentos e benefícios provenientes do Estado.

Sustentado pelo discurso de que o “etanol é a opção para o mundo, que se trata de uma fonte de energia limpa e renovável”, o capital canavieiro tem ainda investido no desenvolvimento de novas tecnologias, cujo objetivo é produzir uma gama de produtos que tenha como matéria-prima a cana-de-açúcar, além do açúcar e do etanol. Dessa maneira, o investimento em pesquisas para a produção de novos produtos, a partir da cana-de-açúcar, tem sido defendido de modo fervoroso pelos representantes do capital agroindustrial canavieiro; afinal, trata-se de mais uma estratégia utilizada para arregimentar recursos estatais e para fixar o setor no mercado.

Para a concretização desses objetivos, o governo Lula (2003-2010) propiciou vários incentivos, por meio de acordos e alianças com os EUA, países da União Europeia, China e Japão, entre outros. Entre as políticas de incentivos promovidas pelo Estado para a expansão do capital canavieiro, está a fabricação e venda dos automóveis movidos a agrocombustíveis. (Gráfico 1).

Gráfico 1: Produção de Automóveis no Brasil (2000 a 2013)



Fonte: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - ANFAVEA (2013).

A produção dos carros *flex fuel*³ é mais um incentivo à retomada da produção de etanol. Desde o ano de 2004, quando se iniciaram a produção e a venda dos veículos

bicombustíveis, estes se mantêm entre os primeiros lugares no *ranking* dos mais vendidos, sendo que, em 2013, ultrapassaram a marca dos 3 milhões de unidades.

Além disso, é necessário advertir que a mistura de etanol à gasolina, a qual poderia, a princípio, diminuir a demanda de combustíveis fósseis e equilibrar o aumento decorrente da expansão do cultivo da cana-de-açúcar e do próprio etanol, pode ser anulada diante do possível e esperado aumento da frota de automóveis (THOMAZ JÚNIOR, 2009).

Todavia, os investimentos na produção dos veículos *flex fuel* não se restringem apenas à produção de veículos leves. A parceria Estado/capital tem igualmente investido em campanhas que defendem a produção e o consumo das motocicletas *flex fuel* e dos ônibus “ecologicamente corretos”.

Sob o discurso de reduzir a emissão de gases causadores do efeito estufa, a prefeitura de São Paulo firmou convênio com a União da Indústria de Cana-de-Açúcar – UNICA, a fabricante dos veículos Scania, a fornecedora de etanol Cosan e a operadora Viação Metropolitana, para a inclusão de 50 ônibus urbanos movidos a etanol, nas ruas da cidade de São Paulo. Os ônibus, que já circulam na Suécia há quase dez anos, serão fabricados no Brasil pela Scania, empresa que detém a tecnologia para que os motores a diesel funcionem com uma mistura de 95% de etanol e 5% de um aditivo especial.

Ou seja, a dinâmica do mercado econômico e as especulações são determinantes para as constantes transformações que ocorrem no âmbito do capital canavieiro. O mercado produz os arranjos, desenha o cenário, constrói a base para as ações do capital, que, historicamente, é financiado pelo Estado.

Na região do Pontal do Paranapanema, essa nova expansão e esse contexto de reestruturação do setor canavieiro ganham maior expressão a partir do ano de 2005, por meio da efetiva expansão da lavoura canavieira nas terras agricultáveis da região e implantação de novas unidades agroprocessadoras de cana-de-açúcar.

Nesse período, observa-se que as novas unidades agroindustriais implantadas, de modo geral, comparecem ligadas a grupos familiares ou empresariais de capital nacional ou internacional. Percebe-se que o “novo ápice do etanol”, mais uma vez, está atrelado a políticas de valorização das terras e caracterizado pela sua “produtividade”.

Nesse cenário, latifundiários/grileiros usam o período de crescimento do agrohidronegócio canavieiro na região para justificar e obter a “jurisprudência” das terras, a fim de evitar que estas sejam designadas às políticas de Reforma Agrária.

Outro ponto a ser enfatizado, nessa nova fase do capital canavieiro, no Pontal do Paranapanema, é a chegada de grandes grupos empresariais canavieiros, tanto de capital nacional como internacional. A vinda desses grupos para a região se inicia quando o grupo Odebrecht compra, no ano de 2007, a destilaria Alcídia, construída no período do PROALCOOL, a qual enfrentava problemas financeiros. A partir da compra da empresa, simultaneamente, começa o processo de construção de uma segunda planta industrial, a Conquista do Pontal, que é mais estruturada em recursos tecnológicos e com maior capacidade de processamento, além de projetada para a produção de álcool, açúcar e energia elétrica, fatos que evidenciam uma nova forma de concentração e acumulação do capital canavieiro. (Quadro 2).

Quadro 2 – Agroindústrias Canavieiras instaladas no Pontal do Paranapanema entre os anos de (2004 a 2010)

Razão Social	Grupo	Município	Ano de Implantação	Situação Atual
ATENA – Tecnologias em Energia Natural Ltda.	Grupo Igreja (Us. Diana/Avanhadava)	Martinópolis	2005	Ativa
Destilaria Paranapanema II - Umoe BioEnergy ASA – S/A	Grupo – Umoe Bioenergy – ASA – S/A	Sandovalina	2006	Ativa
Usina Cocal II	Grupo Cocal	Narandiba	2008	Ativa
Usina Conquista do Pontal S/A	Grupo - Odebrecht Agroindustrial	Mirante do Paranapanema	2009	Ativa

Fonte: UDOP/ 2010 e Trabalho de Campo 2011 e 2014.

Nesse período, também se insere na região o grupo norueguês BioEnergy, o qual, associado ao grupo Albertina, comprou e reformou a unidade Paranapanema I, localizada no município de Narandiba. Na verdade, trata-se da mesma estratégia utilizada pela Odebrecht. O grupo comprou a unidade desativada/falida (Paranapanema I) e, concomitantemente, iniciou a construção de uma nova unidade, a Paranapanema II, localizada no município de Sandovalina.

Cabe destacar que, nesse novo momento de expansão da monocultura da cana-de-açúcar e das novas agroindústrias canavieiras, além do discurso do desenvolvimento/valorização das terras da região, ainda há a implementação da ideia de que as novas unidades canavieiras vêm para *desmistificar* a imagem de que o Pontal do Paranapanema é *locus* de terras improdutivas e conflituosas.

A expansão da cultura canavieira na região, nos dois momentos acima destacados, expressa mais que um projeto de desenvolvimento, permeado por um cenário político que envolve diversos atores, como capitalistas, latifundiários, Estado e movimentos sociais, em torno da regularização das terras com pendências jurídicas, que constituem o latifúndio nessa porção do Estado de São Paulo (OLIVEIRA, 2009).

Todavia, o apoio do Estado, dos latifundiários e do poder público municipal tem possibilitado ao capital agroindustrial canavieiro não só expandir suas unidades agroprocessadoras e canaviais, mas também ditar as regras, pois seus agentes são postos como os principais atores nesse processo de disputa pelo território do Pontal do Paranapanema. Nesse viés, Souza (2011) ressalta que

[...] a região tem sido inserida no circuito espacial da produção canavieira representada pela cooptação da população pelo capital canavieiro. [...] À medida que vem se desenvolvendo, a agroindústria canavieira vem impondo uma modificação substantiva no sistema econômico-social e político da região. (SOUZA, 2011, p. 175).

Sobre as modificações/reconfigurações que a região vem sofrendo, por consequência do crescente processo de territorialização/expansão do capital canavieiro, a autora acrescenta:

A reconfiguração da região tem passado pelo processo de instalação das empresas agroindustriais, as quais vêm investindo elevadas somas de recursos, por meio de incentivos oriundos do Estado, na formação e instalação das agroindústrias [...] (SOUZA, 2011, p. 181).

Em face dos apontamentos a respeito da reconfiguração territorial da região, com base na expansão da cultura da cana-de-açúcar e implantação de novas agroindústrias canavieiras, sob o aval do Estado, apreenderemos a seguir a atual conjuntura vivenciada pelo agrohidronegócio canavieiro, no cenário nacional, bem como os (re)arranjos estabelecidos para a construção de um Estado altamente produtor dos derivados da cana-de-açúcar, abastecendo mercado interno e externo.

A territorialização da cana-de-açúcar na região do Pontal do Paranapanema

Como já mencionado, os primeiros canaviais e, conseqüentemente, as primeiras agroindústrias canavieiras foram implantadas na região do Pontal do Paranapanema em meados da década de 1970, quando o Brasil vivenciava os primeiros efeitos do PROALCOOL. Nesse período, o país experimentava o início do processo de modernização na agricultura, o qual gerou inúmeras transformações no cenário agrário nacional, por meio da inserção de novas tecnologias, insumos e defensivos agrícolas no campo, enquanto os incentivos do PROALCOOL desencadearam a expansão das lavouras de cana-de-açúcar e a implantação de novas plantas agroindustriais.

Dentre as mais expressivas mudanças ocasionadas pela modernização do campo, destaca-se a intensificação da concentração fundiária (propriedade da terra), pela desterritorialização de pequenos produtores, pequenos arrendatários, colonos, posseiros, e, por decorrência desse processo, comparece a criação de novas formas de relações de trabalho, como a intensificação do assalariamento.

Por outro lado, a política *assistencialista* do PROALCOOL trouxe igualmente mudanças para várias regiões do país, como para o estado de São Paulo e para a região do Pontal do Paranapanema, principiando-se então um expressivo processo de transformação, quer na paisagem, quer na esfera social dessa localidade.

Áreas antes ocupadas pela lavoura branca e pastagens foram em parte substituídas pelas lavouras de cana-de-açúcar, ao passo que parte dos pequenos produtores e trabalhadores agrícolas expulsos do campo, tanto pelo processo de modernização da agricultura como pela implantação dos canaviais, se ligou aos movimentos sociais de luta pela terra ou se acumulou nas periferias das cidades. Frente à condição de pobreza e na busca constante pela sobrevivência, muitos dos pequenos produtores e trabalhadores passaram a vender sua força de trabalho nos canaviais da região, seja como cortador manual da cana-de-açúcar, seja como bituqueiros etc.

No período subsequente, os anos de 2004 a 2009 apresentam-se como mais um momento de ascensão do capital agroindustrial em todo o Brasil. Desde essa época, a cultura da cana-de-açúcar volta a se expandir na região. As agroindústrias até então desativadas foram gradativamente compradas/incorporadas por grupos de capital nacional e estrangeiro, sendo conseqüentemente reformadas e postas em funcionamento.

Ao mesmo tempo, o capital canavieiro, personificado nos grandes grupos empresariais do setor, instalados na região e afiançados pelo Estado, constrói novas plantas agroprocessadoras, mais modernas, com alta tecnologia e com elevada capacidade de produção. Estes também têm incorporado os canaviais e as terras das unidades desativadas, num prenúncio de monopolização das terras agricultáveis da região.

Em virtude dessas transformações ocorridas nos últimos anos, no âmbito do capital canavieiro, o Pontal do Paranapanema, que, até o ano de 2004, contava com seis agroindústrias processadoras de cana-de-açúcar, passa a despertar maior interesse no capital canavieiro, em função de alguns elementos, como a alta disponibilidade de terras e água para a expansão da cana-de-açúcar, topografia favorável à mecanização da colheita etc.

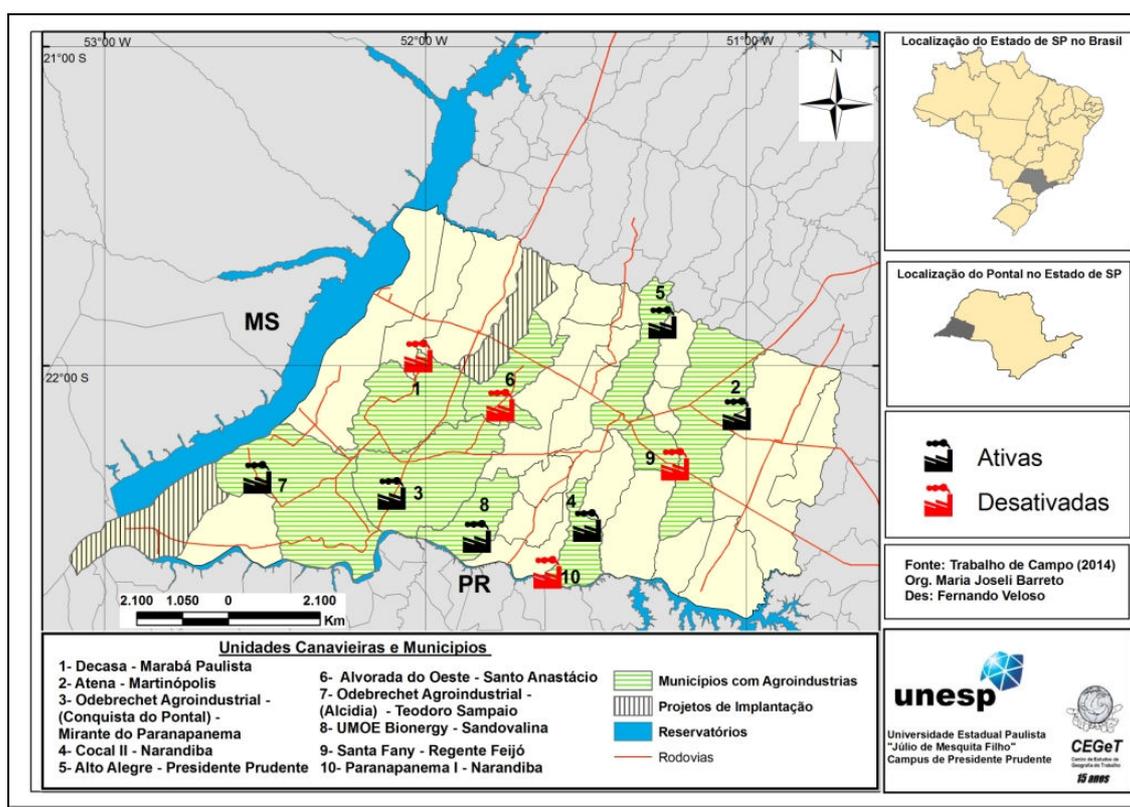
Além disso, paralelamente ao fato de ser apontada como uma das regiões menos dinâmica, economicamente, do estado de São Paulo, o discurso do desenvolvimento “via setor canavieiro” passa a ser utilizado constantemente, para a implantação de novas agroindústrias canavieiras.

Desse modo, entre os anos de 2004 a 2009, foram instaladas mais quatro novas usinas na região, enquanto outras duas unidades implantadas no PROÁLCOOL (Alcídia e Paranapanema I) foram incorporadas por grupos de capital internacional, as quais passaram por reformas e ampliação da capacidade de produção. Outras duas empresas (Alvorada do Oeste e Decasa), as quais ficaram desativadas por um tempo, foram compradas, reformadas e também voltaram a processar. No ano de 2010, a região do Pontal do Paranapanema contava com dez agroindústrias canavieiras instaladas e atuando no processamento da cana-de-açúcar, todas atreladas a grupos canavieiros, seja de capital nacional familiar, seja de grupos de capital estrangeiro.

No entanto, nos anos seguintes, 2011 e 2012, observa-se a ocorrência de mais transformações, de maneira que o cenário voltou a mudar. Em 2011, entre as dez unidades canavieiras instaladas na região, duas foram desativadas. A destilaria Paranapanema I, situada em Narandiba, além de ser desativada, foi vendida e transferida para o estado de Goiás, enquanto a destilaria Santa Fany, localizada em Regente Feijó, foi desativada e, na atual conjuntura, encontra-se totalmente abandonada. Além disso, as duas unidades canavieiras que conseguiram o Plano de Recuperação Judicial – PRJ – fecharam suas portas (Usina Alvorada do Oeste, localizada em Santo Anastácio, e Destilaria Decasa, no município de Marabá Paulista).

É relevante salientar que, nessa nova etapa de territorialização do capital canavieiro, na região do Pontal do Paranapanema, as linhas de financiamento para expansão do setor são igualmente provenientes do Governo Federal, via BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), acompanhando o fluxo nacional. (Mapa 1).

Mapa 1 – Localização das agroindústrias canaveiras no Pontal do Paranapanema



O financiamento público tem sido empregado para a construção de novas plantas industriais, bem como para a compra de implementos para a mecanização da colheita (colhedoras e tratores transbordos), formação e renovação de canaviais, construção de dutos e hidrovias para o transporte do etanol etc.

Nesse sentido, Thomaz Júnior (2009) ressalta que o BNDES tem sido o principal responsável pelo projeto de expansão (a qualquer custo) do agrohidronegócio canavieiro, no Brasil. Apenas no governo Lula, direcionou cerca de R\$6,7 bilhões, no ano de 2008⁴.

Dentre as *novas* unidades canavieiras instaladas na região, todas têm utilizado os recursos públicos do BNDES, de alguma forma, quer para a construção da unidade agroprocessadora, quer para plantações e reforma de canaviais, compra de implementos (colhedoras, transbordo e caminhões bitrens e treminhões), incluindo as empresas de capital estrangeiro, tais como Grupo Umoe Bioenergy (empresa de capital norueguês) e a Odebrecht Agroindustrial. Essa é a lógica do capital canavieiro: atuar em meio a mudanças e permanências, a fim de se reestruturar e se reproduzir.

Na conjuntura do PROALCOOL, os grandes latifundiários/grileiros da região, através de recursos federais, implantaram a monocultura da cana-de-açúcar e agroindústrias canavieiras. Atualmente, ainda por meio de *recursos* do governo federal, grupos (nacionais e internacionais) se territorializam e se expandem na região e em grande parte do território nacional.

[...] o Brasil tornou-se o paraíso para investimentos em setores estratégicos. Não só o setor do etanol que foi invadido, mas toda a agricultura está permeada pela presença dos grandes oligopólios internacionais. (...) a entrada do capital privado internacional no setor canavieiro brasileiro, compromete a soberania nacional (REVISTA Caros Amigos, 2011, p. 10).

Assim, confirma-se a apropriação do público pelo privado, com o capital agroindustrial canavieiro internacional (transnacional) fazendo uso de recursos públicos, motivado pelo lucro fácil. Para Thomaz Júnior (2009), a mundialização da economia trouxe como consequência a intensificação da concentração do capital, viabilizada por um processo de mão dupla – nacional e internacional –, “[...] que resulta de fusões e aquisições orquestradas pelos investidores financeiros e seus conselhos”.

Além disso, pode-se dizer que, na atual conjuntura, a chegada dos grandes investidores na indústria de açúcar e etanol dividiu o ambiente canavieiro em dois “mundos diferentes”. De um lado, situam-se os usineiros tradicionais, que, até a última década, protagonizaram o desenvolvimento do programa brasileiro de bicomcombustível. Do outro, gigantes do setor de petróleo, *tradings* e grandes companhias internacionais, tais como Bunge, Cargill, ADM e outras.

O capital canavieiro regional e os rebatimentos da crise internacional de 2008

Desde a crise desencadeada em 2008, as diferenças – até então toleradas – passaram a incomodar. Para representantes do capital canavieiro, o setor regional passa por reestruturações. As pequenas unidades estão sendo desativadas, a tendência é ficar apenas aquelas com alta capacidade de processamento – o setor canavieiro será composto apenas por grandes empresas, já que as pequenas unidades processadoras estão sendo gradativamente eliminadas, por falta de espaço.

Nesse cenário de construção e reconstrução, aconteceram incorporações, reformas e ampliação de unidades, visando à reestruturação do setor canavieiro. Num período aproximado de cinco anos, a região do Pontal do Paranapanema, que até então contava com cinco unidades processadoras de cana-de-açúcar, passou a ter dez, das quais quatro já foram desativadas.

Os problemas enfrentados pelas agroindústrias canavieiras do Pontal do Paranapanema reproduzem-se, em outras regiões do estado de São Paulo e no Brasil. Trata-se dos rebatimentos advindos dos impactos da crise ocorrida durante o ano de 2008, cujos principais reflexos foram o adiamento dos projetos nacionais relacionados aos bicombustíveis e a redução das linhas de créditos para a construção de novas unidades, devido à insegurança gerada pela crise junto aos mercados financeiros.

Com relação à crise mundial e ao setor canavieiro, Oliveira (2009) lembra que

[...] a crise mundial está sendo apontada (também), como agravante da situação de endividamento. Mas [...] ao mesmo tempo em que esse cenário de instabilidade reforça as fragilidades de boa parte desses grupos/empresas, também fortalece aqueles que mesmo alegando perdas [...] mantêm-se capitalizados ao ponto de realizar fusões/aquisições (OLIVEIRA, 2009, p. 104).

Os impactos dessa *crise financeira* levaram muitas empresas à bancarrota; porém, vale lembrar que a situação enfrentada por algumas se reflete em oportunidades para outras, mais capitalizadas, que, frente a essas fragilidades, se fortalecem, não somente pela aquisição da massa falida, mas também pela encampação de terras para cultivo de canaviais.

Nesse viés, é relevante acrescentar que os interesses dos grandes grupos industriais não se restringem apenas à planta industrial, pois, na maioria das vezes, trata-

se de plantas antigas e tecnologicamente ultrapassadas. O interesse maior está nas terras que as unidades menores utilizam (via arrendamento) para a produção da matéria-prima, e até mesmo sob a licença ambiental, para a construção de uma nova planta, mais moderna e com maior capacidade de processamento. *Sai mais em conta construir uma nova planta industrial, com caldeira e moenda moderna, que reformar as antigas*⁵.

Nesse sentido, Thomaz Jr. (2009), salienta:

O processo de concentração e centralização de capitais (nacional e estrangeiro), que se territorializa por todo o espaço produtivo agroindustrial canavieiro, juntando as empresas instaladas nas áreas novas com as já existentes nas áreas tradicionais, revelam *novas* relações de poder, ou seja, redefinição de poucos grandes grupos empresariais que intensificarão as disputas entre si e demarcarão novas rotinas [...] (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 320).

O cenário que se desenha para o Pontal do Paranapanema é a monopolização do capital canavieiro. Assim, é importante acrescentar que as incorporações das usinas antigas por grupos de capital nacional e internacional podem ter vários desdobramentos, e as consequências rebatem principalmente na classe trabalhadora e no município em que a empresa está instalada.

Com relação às duas unidades encampadas (Paranapanema I e Alcídia), pode-se dizer que, em ambas as situações, as incorporações/aquisições foram além dos interesses de concentração de capital. Nesses negócios, foram incluídos objetivos muito mais amplos, como a inserção no mercado do etanol (setor canavieiro) e, paralelamente, a expansão por todo o território nacional, via financiamentos do BNDES. Ou seja, sempre movidos e orientados pela lógica da acumulação e reprodução do capital. Nessa perspectiva, Oliveira (2009) ressalva:

[...] as fusões e/ou aquisições ganharam maior expressividade e novas nuances, e caracterizam como a estratégia mais utilizada no processo de concentração de capitais, especialmente pelos grupos maiores e com condições de adquirir ou se associar ao capital de empresas menores, menos capitalizadas, ou mesmo de médio e grande porte, porém com ativo financeiro comprometido. (OLIVEIRA, 2009, p. 73)

Destaque para a Odebrecht Agroindustrial, cujo principal objetivo é tornar-se líder na produção de etanol e energia a partir da biomassa, no país. O grupo investiu cerca de

R\$ 8 bilhões para levar suas nove Unidades à capacidade máxima de produção, gerando 3 bilhões de litros de etanol e 2.700 Gwh de energia elétrica, na safra 2011/2012⁶.

Nesse contexto de reestruturação do capital canavieiro regional, as disputas territoriais anunciam um processo de monopolização das terras da região entre dois ou três grandes grupos da região (Odebrecht Agroindustrial, Umoe BioEnergy e Cocal).

Para representantes do agrohidronegócio canavieiro, em 2005, houve muitos aventureiros interessados nos recursos que o Estado estava disponibilizando para expansão do setor, os quais ousaram na construção de grandes unidades agroprocessadoras com alta capacidade de processamentos, produção de etanol e cogeração de energia. Contudo, foram justamente esses aventureiros que se endividaram e, conseqüentemente, “quebraram”. Além destes, existem os usineiros mais antigos, os quais não acompanharam a evolução do mercado e, quando buscaram evoluir, submergiram em grandes dívidas. Na atual conjuntura, muitos desses usineiros antigos estão perdendo espaço e, em decorrência, suas agroindústrias.

Nesse sentido, Oliveira (2009, p. 50) ressalta que muitas dívidas podem ser justificadas pelo processo de reestruturação produtiva – investimentos em melhoria da capacidade produtiva, como novos equipamentos e processos, cogeração de energia, ampliação dos canaviais, aquisição de máquinas (plantio, corte, carregamento e transporte) etc. – bem como pela aquisição ou implantação de novas unidades processadoras ⁷.

De modo geral, a pesquisa permitiu-nos apreender que as terras do Pontal do Paranapanema se tornaram cenário e objeto das disputas entre o capital agroindustrial canavieiro, as quais visam à propriedade e ao poder sobre as terras agriculturáveis da região, pois os projetos de expansão/crescimento das agroindústrias estão cada vez mais direcionados à ampliação das terras e, por consequência, à produção de matéria-prima. Para o capital agroindustrial canavieiro, construir uma nova unidade *greenfield* com alta tecnologia e com grande capacidade de processamento é importante. Mas, tão fundamental quanto isso, é cultivar excelentes e extensos canaviais (matéria-prima). Isto é, um perde o significado na ausência do outro. Um dá sentido ao outro.

Em face dos ambiciosos projetos de ampliação do capital canavieiro na região do Pontal do Paranapanema, os questionamentos se voltam para onde será cultivada/produzida essa matéria-prima. Em quais terras?

Os representantes do capital canavieiro regional são objetivos. Há milhares de hectares de terras, na região, propícios e disponíveis para o arrendamento e, conseqüentemente, para a expansão da cultura da cana-de-açúcar, por isso, a concretização de contratos de arrendamentos em longo prazo – vinte, trinta e cinquenta anos.

Ou seja, frente ao estabelecimento de disputas por território para a produção da cana-de-açúcar, empresários do setor, através da estratégia do raio médio de ação, vêm realizando os arrendamentos prolongados sob as terras agricultáveis da região e, assim, estabelecendo seu território de dominação e poder. Para além das disputas pelas terras, também se têm instituído as incorporações, as falências e até a remoção de plantas agroprocessadoras obsoletas de unidades canavieiras, na região.

Considerações finais

Buscamos, neste texto, tecer algumas reflexões a respeito dos processos de implantação e expansão do agronegócio canavieiro, na região do Pontal do Paranapanema. Temos observado que os projetos de expansão e crescimento das agroindústrias estão cada vez mais direcionados para a ampliação das terras e, desse modo, para a produção de matéria-prima, questão que tem instigado as disputas internas, no âmbito do setor canavieiro pelas terras agriculturáveis da região.

Num intervalo de dez anos, o setor canavieiro regional apresentou mudanças expressivas, tanto na esfera das agroindústrias quanto na paisagem, com a disseminação dos extensos canaviais. As falências, reformas, incorporações e implantação de novas agroindústrias, com o crescimento das lavouras da cana-de-açúcar, são os principais responsáveis por essas modificações – municípios que destinavam suas terras a pastagens/pecuária ou a outras lavouras, como milho, soja, amendoim etc., voltaram-se à produção da cultura canavieira.

Tais transformações têm acarretado uma série de impactos, os quais não se restringem apenas aos municípios em que estão instaladas as unidades agroprocessadoras (agroindústrias), porém, vão além, abarcando todos aqueles que estão envolvidos em seu *raio de ação*. Quer dizer, os impactos, as conseqüências não atingem exclusivamente os municípios que abrigam a planta industrial, mas se estendem igualmente a todos aqueles que abrigam canaviais ou que fornecem mão de obra.

Além disso, apreendemos que, no âmbito do capital canavieiro regional, a lógica dos longos contratos de arrendamento, o raio de ação, o discurso do desenvolvimento e do emprego, utilizados amplamente pelo capital canavieiro, configuram-se como estratégias adotadas pelo setor para a apropriação e a dominação das terras. Nesse cenário, fulgura a manutenção da estrutura fundiária (latifúndio), no Pontal do Paranapanema, sob o aval do Estado.

Contudo, ressaltamos que o panorama acima descrito não é peculiar somente à região do Pontal do Paranapanema, mas se repete em outras regiões do país, onde se verificam os arranjos buscados pelo setor canavieiro, a fim de demarcar território, se estabilizar e permanecer no mercado. É a territorialização, (des)territorização e (re)territorialização do capital canavieiro, em âmbito nacional, o qual também perpassa pela região em destaque, impulsionada pelas necessidades de reestruturação e reprodução⁸.

Por fim, é relevante lembrar que esses (re)arranjos sempre trazem consequências gravíssimas para a classe trabalhadora, dentre as quais se destaca o predomínio de mais uma monocultura e a permanência do latifúndio como estrutura fundiária do país.

Notas

¹ O presente artigo tem como principal objetivo trazer alguns resultados da pesquisa realizada em nível de Mestrado junto à UNESP/Presidente Prudente, entre os anos de 2010 e 2012, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior. A pesquisa contou com apoio financeiro do CNPq.

² Mais detalhes, ver LEITE (2005); BACARIM (2005).

³ A tecnologia *flex fuel* (combustível flexível) foi desenvolvida pela Bosch e pela Magneti Marelli, fabricantes de injeção eletrônica, em parceria com as montadoras. Esses veículos são capazes de rodar com álcool, gasolina ou com a mistura dos dois, diferentemente dos carros com a mesma denominação, nos Estados Unidos, pois, nesse país, se misturam 15% de álcool à gasolina.

⁴ Mais detalhes, ver THOMAZ JÚNIOR (2009).

⁵ Cf. observação do representante da empresa Umoe BioEnergy, durante entrevista realizada no dia 2 de dezembro de 2011.

⁶ O Grupo Odebrecht Agroindustrial possui sete Unidades em operação, sendo duas adquiridas (a Alcídia, em Teodoro Sampaio/SP, e a Eldorado, no Mato Grosso do Sul) e mais cinco projetos *greenfield*, nos Estados de São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Em 2010, o Grupo Odebrecht Agroindustrial concluiu a implantação de mais duas Unidades: Morro Vermelho (GO) e Alto Taquari (MT). Além disso, há mais duas unidades, Costa Rica (MS) e Água Emendada (GO), em processo de construção, no segundo semestre de 2011.

⁷ A região do Pontal do Paranapanema ainda abriga a Alto Alegre/Grupo Junqueira Figueiredo, instalada no município de Presidente Prudente/SP, no ano de 1996, e a Usina Atena, instalada no município de Martinópolis, em 2004.

⁸ HAESBAERT (2007); RAFFESTIN (1993).

Referências

AZEVEDO, J. R. N. **Configuração do capital canavieiro no Pontal do Paranapanema e Alta Paulista**: as tramas territoriais do agronegócio em questão. 2005. Monografia (Bacharelado) – UNESP, Presidente Prudente, 2005.

BACCARIN, J. G. **A Desregulamentação e o Desempenho do Complexo Sucro-Alcooleiro**. 2005. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

BARRETO, M. J. **Dinâmica Geográfica da Expansão da Agroindústria Canvieira no Pontal do Paranapanema e os Desdobramentos para o Trabalho**: os casos da Usina Alvorada do Oeste e da Destilaria Decasa. 2008. Monografia (Bacharelado) – UNESP, Presidente Prudente, 2008.

BARRETO, M. J. **Territorialização das Agroindústrias Canvieiras no Pontal do Paranapanema e os Desdobramentos para o Trabalho**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Tecnologia, (Dissertação de Mestrado em Geografia), 245. f. 2012.

BNDES. BNDES apoia com R\$ 13,7 milhões usina de açúcar que criará 200 empregos em SP. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/noticias/2004/>>. Acesso em: 13 de dezembro de 2011.

_____. BNDES aprova financiamento de R\$ 151 milhões para Usina de Açúcar e Alcool. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/noticias/2007/>>. Acesso em: 13 de dezembro de 2011.

BRAY, S. C.; FERREIRA, E. F.; RUAS, D. G. G. **As políticas da agroindústria canvieira e o Proálcool no Brasil**. Marília: UNESP/Marília, 2000.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Território em disputa**: Terras (re) tomadas, (Estado, propriedade da terra e luta de classes no Pontal do Paranapanema). 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

GARCIA OLIVEIRA, J. **Perspectivas para a co-geração com o bagaço da cana-de-açúcar**: Potencial do mercado de carbono para o setor sucroalcooleiro paulista. 2007. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos/Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil**: política agrícola e modernização brasileira 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1997.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade** (3a ed.). 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 400p.

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec/Fundação UNESP, 1998. [1981].

LIMA, E. C. **Os movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária no Pontal do Paranapanema (SP): dissidência e dinâmica territorial**. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2006.

MOTA, A. E. **Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista**. Serviço social: direitos sociais e consequências profissionais. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 1995.

OLIVEIRA, A. M. S. de. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho**. 2009. 566 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2009.

PEREIRA, R.; CHADE, J. Usineiros buscam prestígios perdidos. **Jornal O Estado de S. Paulo**/16/01/2012. Disponível em: <<http://www.PortalClippingMP/Panejamento.gov.br/Brasília>>. Acesso em: 18 jan. 2012.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REVISTA Caros Amigos. **Desnacionalização do etanol põe em risco soberania energética**. São Paulo, ano xv, nº 172, 2011.

SOUZA, S. M. R. de. **A Emergência do Discurso do Agronegócio e a Expansão da Atividade Canavieira: Estratégias Discursivas para Ação do Capital no Campo**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências Tecnologia/Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

SUPREMO julga como particulares terras do 14º Perímetro, no Pontal. **Jornal Oeste Notícias**. Presidente Prudente, 20 out. 2011.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais os “nós” da cana** (A relação capital X trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista). São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

_____. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI: (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos)**. 2009. 503p. Tese (livre-docência). Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

_____. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do Século XXI. **Campo Território**, V. 5, nº 10, Uberlândia, 2010.

_____. Os Desafios Rumo a um Projeto para o Brasil! (Intemperismo do Trabalho e as Disputas Territoriais Contemporâneas). **Revista da ANPEGE**, São Paulo, V.7, n° 1, p. 307-329, 2011. Disponível em: <<http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/viewPDFInterstitial/176/RAE25>>. Acesso em: 6 de janeiro de 2013.

_____. Gestão e Ordenamento Territorial da Relação Capital-Trabalho na Agroindústria Canavieira, no Brasil. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**. Uberlândia, V.7, n.11, 2011.

_____. Disputas Territoriais e Grilagem no Pontal do Paranapanema (SP) (Histórico de Lutas, Marco de Violência e Futuro Incerto!). **Relatório Direitos Humanos no Brasil**. 12. edição. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.social.org.br/DH_2011>. Acesso em: 18 de junho de 2012.

_____; LEAL, A. C.; GUIMARÃES, R. B.; LUCHIARI, A. Conflitos Territoriais, Relações de Trabalho e Saúde Ambiental no Agrohidronegócio Canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP). In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, XII. Bogotá, 2012. **Anais...** Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/comunicaciones/56.pdf>. Acesso em: 23 de setembro de 2013.

UDOP. União dos Produtores de Bioenergia. **Etanol anidro está prestes a se tornar commodity internacional**. Disponível em: <<http://www.udop.com.br/noticias>>. Acesso em: 31 março de 2012.

UNICA – União da Indústria da Cana-De-Açúcar. **Diesel de cana chega ao transporte urbano de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/noticias>>. Acesso em: 06 dezembro de 2011.

VIAN, E. F. C.; BELIK, W. Os desafios para a reestruturação do Complexo agroindustrial canavieiro do Centro-Sul. **Economia**, Niterói- RJ, vol.4. n.1, p.153-194, jan./jun.2003.

Recebido em 03/02/2014. Aceito para publicação em 19/06/2014.
--